

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa especializada para o fornecimento de fardamentos destinados aos servidores da Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, nos termos da tabela abaixo.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNDS	QTDS.	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1	CAMISA ESCRITÓRIO, MANGA CURTA, GOLA POLO (AZUL GRISALHO, COM LOGO TIPO BRANCO BORDADOS OU IMPRESSOS NO PEITO ESQUERDO) {(BABY LOOK PARA AS FEMININAS).	UND	37			
2	CAMISA DE OBRA, MANGA CURTA, GOLA CARECA (AZUL MEDIG, COM LOGO TIPO BRANCO IMPRESSO NO PEITO ESQUERDO / NO FUNDO DA CAMISA ESCRITO NA PARTE SUPERIOR "SEINFRA - SETOR DE OBRAS" NA COR BRANCA, IMPRESSA COM LETRAS COM 8CM).	UND	60			
3	CAMISA DE ELETRICISTA, MANGA CURTA, GOLA CARECA (LARANJA COM LOGO TIPO PRETO IMPRESSO NO PEITO ESQUERDO /NOFUNDO DA CAMISA ESCRITO NA PARTE SUPERIOR "SEINFRA - ELETRICISTA" NA COR PRETA, IMPRESSA COM LETRAS COM (8CM)	UND	03			
4	CAMISA PARA MOTORISTAS DE CAÇAMBAS E OPERADORES DE MÁQUINAS, MANGA CURTA, GOLA CARECA (AMARELA COM LOGO TIPO BRANCO IMPRESSO NO PEITO ESQUERDO / NO FUNDO DA CAMISA ESCRITO NA PARTE SUPERIOR "SEINFRA - SETOR DE ESTRADAS" NA COR BRANCA IMPRESSA COM LETRAS COM 8CM).	UND	26			

5	CAMISA PARA AGENTES DE TRÂNSITO, MANGA CURTA, GOLA CARECA (AMARELA COM LOGO TIPO PRETO IMPRESSO NO PEITO ESQUERDO / SEMAFOROS COLORIDOS NAS MANGAS / NO FUNDO DA CAMISA ESCRITO NA PARTE SUPERIOR "AGENTE DE TRÂNSITO" NA COR PRETA, IMPRESSA COM LETRAS COM 8CM).	UND	12			
6	CALÇA DE BRIM PARA OBRA COR CINZA	UND	60			
7	CALÇA PARA OPERADORES DE MÁQUINAS COR CINZA.	UND	26			
8	CALÇAS TÁTICAS PARA AGENTES DE TRANSITO COR AZUL PETROLEO.	UND	12			
9	COLETE PARA AGENTES DE TRANSITO (AZUL PETRÓLEO COM LOGO TIPO AMARELO BORDADO OU VELCRO NO PEITO ESQUERDC/ NOME DO AGENTE AMARELO BORDADO OU VELCRO NO PEITO DIREITO / NO FUNDO DA CAMISA ESCRITO NA PARTE SUPERIOR "AGENTE DE TRANSITO" NA COR AMARELA, BORDADO OU VELCRO COM LETRAS COM 8CM) NOMES: AG, BRITO (GG) / AG. BACELAR(GG) / AG. MARQUES (G) E 01 SEM IDENTIFICAÇÃO (M) .	UND	04			
10	BONÉS ARABES PARA OBRA (AZUL MÉDIO COM LOGO TIPO BRANCO IMPRESSO NA PARTE FRONTAL).	UND	60			
11	BONÉS SIMPLES (AMARELO COM LOGO TIPO BRANCO IMPRESSO NA PARTE FRONTAL).	UND	16			
12	BONES AGENTE DE TRANSITO COM TELA NA PARTE DE TRAS (COR AZUL PETRÓLEO COM LOGO TIPO E ABAIXO O NOME "AGENTE DE TRANSITO BORDADOS NA PARTE FRONTAL NA COR AMARELA).	UND	12			
13	BOTINAS MILITARES CANO LONGO, COR PRETA.	UND	06			
VALOR TOTAL						

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 030, de 22 de março de 2023.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa fundamentada no **Estudo Técnico Preliminar**, atendendo aos requisitos previstos no artigo 6º, inciso XXII, da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação será contado a partir da data da sua assinatura e terá duração de 12 (doze) meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O custo estimado total da contratação é de R\$ 34.178,00 (trinta e quatro mil, cento e sessenta e oito reais).

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Os fardamentos deverão seguir os modelos apresentados nas imagens em anexo, utilizadas apenas como referência de design, logo e identificação. As cores determinantes para cada peça estão especificadas na tabela de orçamento, conforme descrito no subitem 1.1 do item 1.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

4.4. Para fornecimento dos itens pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos solicitados no edital para a devida habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.5. Os bens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.6. Os demais requisitos da Contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A execução do objeto deverá ser iniciada a partir da assinatura do contrato.
- 5.2. O prazo de entrega dos bens será de até (trinta) dias, contados do primeiro dia do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues na sede do Paço Municipal, Rua José Martins, S/N, Governador Mangabeira - Bahia, de segunda à sexta-feira, das 8 às 14h, mediante solicitação de fornecimento da Contratante.
- 5.4. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 08 (oito) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
 - 6.3.1. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
 - 6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 6.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação de habilitação da empresa.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço global.

7.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, sendo elas:

Habilitação jurídica

7.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária,

respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

7.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a) Prova de inscrição de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos, relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, no âmbito da RFB e da PGFN abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” e “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN no 1.751, de 02/10/2014.
- c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual relativo ao domicílio ou sede do interessado;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do relativo ao domicílio ou sede do interessado;
- f) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRF.
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), com prazo de validade de 180 (cento e oitenta dias), contados da data de sua emissão, de acordo com a Legislação federal “Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011”.
- h) o cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

Qualificação Técnica

- a) Apresentar Atestado de capacidade técnica expedido e/ou Contrato de Prestação de Serviços por Entidades do Setor Público comprovando experiência na prestação dos serviços pertinentes.
- b) Apresentar no ato da contratação, registro de inscrição para o exercício de atividades, expedida pelo respectivo Conselho para a empresa contratada para execução dos serviços, se houver.
- c) Todas as autorizações e licenças referidas deverão ser mantidas durante todo o prazo da contratação, cabendo às empresas contratadas as renovações, substituições e demais providências relacionadas à sua atuação regular, competindo à CONTRATANTE a sua adequada fiscalização.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos abaixo elencados:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04 – Secretaria Municipal de Infraestrutura.

PROJETO/ATIVIDADE: 2056 – Manutenção das Ações da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer – SECEL.

PROJETO/ATIVIDADE: 2.038 – Manutenção das Ações da Sec. Mun. de Infraestrutura.

ELEMENTO DE DESPESA: 339030.00 – Material de Consumo.

ELEMENTO DE DESPESA: 339039.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

FONTE DE RECURSO: 500 – Recurso Ordinário.

8.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

9. REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado.

9.1.1. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGPM exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. DAS SANÇÕES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA, sanções previstas em lei, sempre respeitando com contraditório e ampla defesa.

10.2. O Município de Governador Mangabeira reserva-se ao direito de impugnar a execução do objeto, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei Federal nº 14.133/2021.

Governador Mangabeira – Bahia, 13 de abril de 2026

Breno Derlam Cavalcante da Silva
Servidor Designado.

ANEXOS FOTOGRÁFICOS

1. Camisas de Escritório (Baby Look Feminina):



2. Camisas de Obras:



*LOGO
TIPO*

3. Camisas de Eletricistas:



CUIDANDO DA NOSSA GENTE!

4. Camisas para Motoristas e Operadores:



5. Camisas para Agentes de Trânsito:



6. Calças para os Setores de Obras e Estradas:



7. Calças Táticas para Agentes de Trânsito:



8. Coletes para Agente de Trânsito:



9. Bonés Árabes para Setor de Obras:



10. Bonés Simples para Setor de Estradas:



11. Bonés para Agentes de Trânsito:



12. Botinas para Agentes de Trânsito:

